

# A “não democracia” dos excluídos alguns pontos da política imigratoria brasileira

Érica Sarmiento da Silva

Jornalista e Doutora em História Contemporânea. Especialista em imigração, publicou o livro *O outro Río: a emigración galega a Rio de Xaneiro*. Santiago de Compostela, 3C3 editora, 2006.

---

## Resumo:

O objetivo desse artigo é abordar, desde o ponto de vista histórico, a questão da política imigratória, dos meios de comunicação e da democracia. Fazer, de forma sintetizada, uma análise da imagem do imigrante e de como governos de diferentes épocas assumiram posturas semelhantes de desqualificação do estrangeiro.

**Palavras-chave:** política imigratória, imigrante e democracia

## Abstract:

*The aim of this article is to address, from the historical point of view, the question of immigration policies, the media and democracy. To deliver a brief analysis of the immigrant image and of how governments of different eras assumed similar postures to disqualify aliens.*

**Keywords:** *immigrant politics, immigrants and democracy*

## Resumen:

*El objetivo de este artículo es tratar, desde un punto de vista histórico, la cuestión de la política inmigratoria, los medios de comunicación y la democracia. Hacer un análisis resumido de la imagen de los inmigrantes y de cómo los gobiernos de distintas épocas asumieron posturas similares a respecto de los extranjeros.*

**Palabras clave:** *política inmigratoria, inmigrante y democracia*

Começo do século XX. Uma incipiente democracia tentava se consolidar no Brasil da Primeira República. Através da construção material das cidades, se constituíam práticas ideológicas que ganhavam forma através do discurso, das imagens e das representações. O Rio de Janeiro sofria profundas transformações urbanísticas entre os anos de 1902 e 1904, no governo do prefeito Pereira Passos. Nesta mesma época, chegavam milhares de imigrantes nos portos brasileiros, no período conhecido como a primeira imigração massiva. Fervilhavam idéias, pessoas de todas as partes e o Rio de Janeiro ganhava ares cosmopolitas. Os contrastes sociais nasciam com a mesma facilidade que se construía as novas ruas. Os teatros conviveram com os cortiços e os chamados “cabeças de porco” e a elite passeava junto com os trabalhadores, imigrantes ou nacionais, disputando o espaço público.

No início do nosso particular e frágil projeto de democracia, a intransigência convivia com essa nova idéia de cidade moderna, aberta para o mundo, cheia de elementos adquiridos de fora, principalmente do continente europeu. Juntavam-se elementos de um governo democrático e instrumentos arbitrários, como a restrição aos direitos sociais. Como instrumento de consolidação dessa agenda urbana são desenvolvidas políticas de promoção e legitimação de certos projetos arbitrários que faziam parte de uma política de hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades. Tudo aquilo que não aderisse a essa dinâmica, a essa política feita desde cima, era interpretado como estímulo à ingovernabilidade ou perturbação da ordem urbana e que, portanto, devia ser desalojado do panorama da modernização. Esse conceito de modernidade incluía alguns e excluía outros. Nem todos podiam pertencer ao complexo intercâmbio entre a transformação material e o simbolismo cultural, onde as práticas político-ideológicas vão construindo e perfilando os discursos e as imagens.

Começaram, então, a aparecer políticas de exclusão em relação à população sem recursos e ao imigrante. O elemento vindo de fora deveria se ajustar à imagem que se exigia dele, à de trabalhador honesto, qualificado e exemplar, e sempre ausente das questões políticas nacionais. Não lhe era permitido qualquer tipo de manifestação que interferisse na ordem nacional, principalmente aquelas ligadas à natureza política, sindical ou operária.

### **O imigrante, a política e a imprensa carioca**

“Por maior que seja a hospitalidade que oferecemos a todos os estrangeiros que procuram o Brasil; por mais premente que seja a necessidade de incrementarmos o povoamento do nosso solo, não poderíamos ir ao extremo de transigir, eternamente com os imigrantes que não sabem ou não querem corresponder ao acolhimento amigo que lhes dispensamos e, cuja permanência, entre nós, passa assim, a ser, de fato, indesejável”.

*O Paiz*, 19 de setembro de 1917

Com o título “Os Indesejáveis”, o Jornal *O Paiz* abre a sua primeira

página, dedicando umas quantas linhas aos elementos estrangeiros vindos no “*enxurro das imigrações desordenadas*”. Começava, assim, uma batalha que envolvia imprensa, polícia, autoridades estrangeiras, políticos, imigrantes e trabalhadores nacionais. Todos envolvidos na “limpeza” urbana do Rio de Janeiro, iniciada com o prefeito Pereira Passos, no ano de 1902, que predicava um país civilizado e moderno, livre de toda sujeira material e moral. Após a Proclamação da República (1889), as lideranças republicanas adotaram posturas positivistas de influência *comteana*, que trouxeram sérias conseqüências para a democracia do país. A construção da cidadania positivista impedia a formação dos partidos e a democracia representativa, vetando a ação política, tanto revolucionária como parlamentar. Dessa forma, os “direitos sociais não poderiam ser conquistados pela pressão dos interessados, mas deveriam ser concedidos paternalisticamente pelos governantes” (Carvalho, 1987:54). As novas doutrinas políticas, com uma base liberal conservadora, que admitia algumas reformas elitistas, mas não transformações de natureza radical, estabeleceram uma disciplina sobre o espaço público.

Para muitos eruditos do final do século XIX e princípio do XX, a miséria das massas, o alcoolismo, a prostituição e o surgimento de reivindicações de melhorias sociais, através de sindicatos, foram motivos suficientes para atacar a população com uma política demográfica agressiva, fundamentada na degeneração da substância biológica humana. Eram conceitos adotados do darwinismo social, baseados no aspecto ético-social da luta pela existência e pela exclusão dos menos favorecidos. As medidas higiênico-raciais eram a pauta do dia da prefeitura carioca. O sistema político desejava se liberar das impurezas intelectuais e corporais de uma velha sociedade. Os que careciam de privilégios sociais eram considerados “lixo urbano” e para combater a pobreza, nada mais coerente que limpá-la. Dessa maneira, as desgraças da vida cotidiana não eram conseqüência de uma má distribuição da renda, nem da propriedade privada, mas da própria degeneração social da vida dos homens.

A imprensa da época relatava os acontecimentos do dia. As fontes periódicas refletiam os acontecimentos da sua época, expondo as diferentes posições político-ideológicas entre os distintos jornais e também a manipulação da realidade. Se no jornal *O Paiz*, descrito nas linhas cima, a linha editorial era claramente favorável à política dos indesejáveis, no jornal *A Pátria*, na coluna Bilhete, um dos grandes cronistas cariocas, João do Rio, assinava e assumia com todas as letras, a sua indignação contra a política imigratória e a sua postura favorável à imigração.

“Um caso típico- O senado ontem, parecia não reunir senadores para uma sessão. Como no Senado as aparências iludem, não só houve sessão com o competente número para as votações como houve até discursos e oradores brilhantes em torno de um assunto de interesse: a expulsão de estrangeiros”.

*A Pátria, 26 de setembro de 1917*

Nas linhas abaixo, o jornalista continua o seu artigo criticando firmemente a política nacional:

“Metade dos projetos do Congresso não atendem as necessidades do Brasil. Em compensação, problemas que deviam estar discutidos e resolvidos ainda estão de pé”.

*A Pátria, 26 de setembro de 1917*

Aqueles meios de comunicação que assumiram uma postura partidária ao governo, contribuíram, de uma certa forma, para difundir a imagem do imigrante indesejável. A Lei dos Indesejáveis, criada em 1907, marcou a imagem do estrangeiro na cidade, dividindo opiniões que oscilavam entre os discursos favoráveis a uma imigração branca e outro, xenófobo, que transformava os estrangeiros em bode expiatório da criminalidade social (Menezes de Medeiros, 1996). A interpretação da realidade e a legitimação de projetos feitos desde cima, sem a participação popular e sua devida representação nos órgãos democráticos, criam imagens deturpadas e estereotipadas. Os imigrantes, ao fazerem parte desse processo de construção das cidades brasileiras e da identidade nacional, nos primeiros anos da República, acabaram transformando-se, em muitos casos, na primeira vítima da exclusão social. Os processos de expulsão de estrangeiros, segundo fontes históricas localizadas no Arquivo Nacional, entre os anos de 1907 a 1930, demonstram a arbitrariedade e as injustiças cometidas contra muitos imigrantes. É possível encontrar ilegalidades em vários processos, onde o estrangeiro é expulso por desemprego ou por participar em movimentos sindicais, sem qualquer direito à defesa.

### **Tempos difíceis: A política imigratória em um governo não democrático**

Essa imagem do outro através do discurso oficial, continua ganhando novas formas, segundo o tipo de governo. Depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a economia nacional começou a crescer devido ao arranque industrial, principalmente após os anos 30. Com a entrada de Getúlio Vargas no poder, em 1930, o Brasil avançou seu processo de constituição enquanto Estado nacional e capitalista, que culminou com o Estado Novo, em 1937. O empresariado nacional buscou uma participação efetiva no aparelho do Estado, na elaboração de um programa industrialista e na construção de um discurso que lhe fosse próprio e auto-identificador. Para conseguir tais objetivos, a elite industrial se apropriou de categorias produzidas pelos teóricos do pensamento autoritário, redefinindo-as como suporte de modernização, chegando mesmo a fazer do Estado forte e integrador uma de suas premissas.

Getúlio Vargas utiliza os meios de comunicação a favor do Estado para publicar o perfil do imigrante desejável à contribuição do desenvolvimento do país. Um exemplo é a *Revista de Colonização e Imigração*, nas décadas de

30, 40 e 50, onde vários intelectuais divulgam suas idéias xenófobas acerca de determinados grupos de imigrantes. O conteúdo da revista centrava-se em assuntos diretamente relacionados à imigração, reproduzindo artigos publicados pela grande imprensa. Durante o Estado Novo, ela foi porta-voz de um pensamento racista, legitimador da política discriminatória do governo Vargas em relação ao estrangeiro:

“Ao Brasil se impõe o dever de acelerar o processo de adaptação dos estrangeiros e seus descendentes, a sua aculturação, a sua integração, numa certa consciência política ou sensibilidade coletiva, fora da qual o indivíduo será uma negação dentro do Estado”.

*Revista de Imigração e Colonização*, janeiro de 1941, p.21

Nesse período de crescimento nacional, de desenvolvimento das indústrias, das cidades, continuava-se buscando o imigrante ideal, considerado imprescindível para o progresso do país, como o agricultor, o técnico e o operário qualificado. O que importava, em um primeiro momento, era a sua capacidade em desempenhar funções ou transmitir conhecimentos que atendessem aos interesses do país adotivo. No entanto, aparece como sendo de extrema importância a questão do potencial reprodutor do imigrante. Falava-se em braços para a lavoura e a indústria, mas também em “sangue novo” ou “plasma” de reprodução, acreditando-se que os imigrantes viriam “aduzir sangue novo à nossa etnia”.

“Cabe ao Decreto-lei n.406, de 4 de maio de 1938, o início dessa obra. Pela primeira vez, o poder público declarou que ia intervir na composição étnica da população e inscreveu a palavra *assimilação* no pórtico da lei. O Governo reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens (...) Não se trata mais de considerar o estrangeiro apenas como *braço*, mas como um elemento de composição racial”.

*Revista de Imigração e Colonização*, janeiro de 1941, p.26

Através do discurso oficial contido na *Revista de Imigração e Colonização*, percebemos um processo de *desumanização* do imigrante, tratado como um objeto, um elemento portador de características que podem ou não interessar ao país receptor. Essa *desumanização* torna-se evidente quando constatamos os termos acionados constantemente para designar o imigrante: alienígena, bom ou mau elemento, desejável ou indesejável. Nesse sentido, o imigrante apenas interessava quando vinha compactuar com a criação de uma identidade nacional, tomando parte na construção do futuro trabalhador brasileiro, e não como elemento de desagregação e discórdia. Por exemplo, nas décadas de 30 e 40, condenava-se a imigração de judeus, japoneses e alemães, considerados

elementos inassimiláveis e perigosos para a segurança nacional. Dava-se preferência aos de origem latina: portugueses, italianos e espanhóis, por serem vistos como os mais próximos culturalmente, além de mais assimiláveis (Peres, 1998: 57). Criam-se medidas de proteção ao trabalhador nacional que acabaram por repercutir na imigração. Na Constituição do dia 10 de novembro de 1930 estabelece-se o regime de cotas para a imigração espontânea, ou seja, a corrente imigratória não podia exceder o limite de 2% sobre o total dos respectivos nacionais.

No âmbito nacional é onde se desenvolvem fatores significativos, como as políticas imigratórias. Além disso, também se constrói um espaço nacional: o lingüístico e identitário, sobretudo através da escola, dos ritos e cerimoniais patrióticos; o administrativo, através da criação de instituições públicas e de uma burocracia estatal. E também o espaço cultural, criado através da expansão e uniformização de certos mitos, que permitem a construção de um imaginário nacional.

Com significativa ocorrência, o primeiro passo para a auto-definição é a definição do outro de modo “excludente” e estereotipado. A desqualificação do outro parece ser uma ferramenta para a qualificação do “nós”, para a construção do sentido de pertencimento. O processo de representar a diferença é uma prática política e a desqualificação gera poder para os sujeitos do próprio lugar.

O antropólogo argentino Nestor García Canclini, um dos escritores contemporâneos mais importantes que trata sobre a questão da cultura e identidade latino-americana, que defende a *multiculturalidade* ou a hibridização cultural, costuma dizer que se estabeleceu que os habitantes de um certo espaço deviam pertencer a uma só cultura homogênea e ter, portanto, uma idéia cínica de identidade diferenciada e coerente. Quer dizer, ter uma identidade, significa ser parte de uma nação, de um espaço físico onde foram construídos os símbolos que identificam todos sob um mesmo código, objetos e costumes que diferenciam essas pessoas das demais. O historiador Eric Hobsbawm fala a mesma coisa sobre a construção das nações: a consciência inventada do sentido de nação. Existe aquele sentimento de pertencer ao mesmo lugar, que. Por outro lado, provoca o sentimento oposto, o de não pertencimento, o de exclusão. O que quero dizer é como determinadas ideologias políticas, excluem as pessoas da sociedade, através da formação da sua cultura, utilizando os seus elementos identitários para excluir o outro.

Depois de percorrermos dois períodos da história carioca do século XX, muito argumentos e acontecimentos utilizados voltam a aparecer. A imigração volta a ser um tema que ocupa espaço nos principais jornais e nas agendas políticas das democracias ocidentais. O fenômeno migratório é cíclico e atualmente se move em direção ao que conhecemos como Primeiro Mundo. Como a trajetória mudou seu rumo, as preocupações e as políticas excludentes também mudaram de localização geográfica, mas não mudaram a sua essência e a forma de tratar a imigração. A desqualificação do outro para reforçar o nosso sentimento de pátria não mudou. Senão as políticas européias atuais não



estariam assumindo cada vez mais posturas direitistas e xenófobas.

Através da história analisamos fatos passados que acabamos identificando como contemporâneos. Os comportamentos sociais, as políticas imigratórias e a atuação da mídia voltam a se repetir, como um espelho do passado. Como diz Peter Burke (1992:15): “Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para a outra.”

Se conseguirmos perceber a nossa história como algo presente, como algo que damos continuidade ou que voltamos a repetir, é porque a História está cumprindo a sua função, a de fazer com que mantenhamos um diálogo permanente entre o que fomos e o que somos e, dessa forma, tentar lançar um novo olhar sobre as questões prioritárias, sobre o que pode vir a ser.

Os verdadeiros protagonistas da experiência, os imigrantes, como todos os sujeitos históricos que não pertencem a uma visão elitista de ver a história, surpreendem por seu silêncio, pela difícil busca e apreensão de suas histórias particulares. É complicado analisar e documentar essas vidas (e quanto a esse aspecto, refiro-me também aos dias atuais) porque é sempre difícil analisar de modo adequado as reações e o comportamento das massas, sem nos livrarmos dos esquemas e estereótipos construídos pelas elites, interceptados pelos meios de comunicação e absorvidos por nós cidadãos comuns.

A mídia é um ator importante no cenário cultural e político da sociedade. Os meios de comunicação exercem pressão na elaboração de imagens coletivas. Por isso são instrumentos tão importantes na democracia. Democracia e mídia podem fazer um belo trabalho de parceria, desde que não se entreguem aos interesses particulares de determinados grupos. Tratar com a informação, atuando como profissionais de comunicação, relatando o tempo presente, não nos exclui da função de sermos espectadores também. (Não confundir, aqui, ser espectador com ser passivo.) E nesse processo democrático, quando um dos valores é anulado e só permanece àquele que se apóia no direito de construir a realidade, criam-se posturas unilaterais, e certamente, haverá uma parte desfavorecida. Assim acontece, por exemplo, com a forte concentração das relações de poder entre quem detém o controle das comunicações e quem é reduzido à passividade de espectador. Se por um lado, é certo que os meios de comunicação exercem influência, também é correto afirmar que o contexto social e cultural leva os indivíduos a classificarem as informações segundo as suas referências particulares.

Torna-se utópico imaginar que na área de humanas, o distanciamento do tema de estudo e a objetivação vão ser parceiros constantes. Ninguém é tão ingênuo a ponto de imaginar que jornalistas e historiadores estejam livres de conceitos, esquemas mentais e culturais, formados ao longo da sua vida e da sua profissão. Sem essa herança que levamos, não seria possível emitir opiniões ou contrastá-las com outros colegas ou meios de comunicação. Ainda que não seja possível a total objetividade, a simples tentativa de buscar a transparência dos fatos nos leva a sermos mais conscientes na elaboração das perguntas e

também a saber até que ponto nossas atitudes estão interferindo no processo histórico ou na observação da realidade.

### **Biblioteca**

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2006.

CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda. *La inmigración esperada: la política migratoria brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

MENEZES, Lená Medeiros. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Ed UERJ, 1996.

PERES, Elena Pájaro. “Proverbial hospitalidade? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955)”. *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, vol. 10, nº 2, jul/dez de 1997, pp.53-70.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Schwarcz, 1987.